



MIGUEL ARCHANJO GALVÃO

1821 – 1903

Museu do TCU Ministro Guido Mondin



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Tribunal de Contas da União

Ministros

Bruno Dantas, *Vice-Presidente, no exercício da Presidência*

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz

Vital do Rêgo

Jorge Oliveira

Antonio Anastasia

Ministros-Substitutos

Augusto Sherman

Marcos Bemquerer

André Luis de Carvalho

Weder de Oliveira

Ministério Público junto ao TCU

Cristina Machado, *Procuradora-Geral*

Lucas Furtado, *Subprocurador-Geral*

Paulo Bugarin, *Subprocurador-Geral*

Marinus Marsico, *Procurador*

Júlio Marcelo, *Procurador*

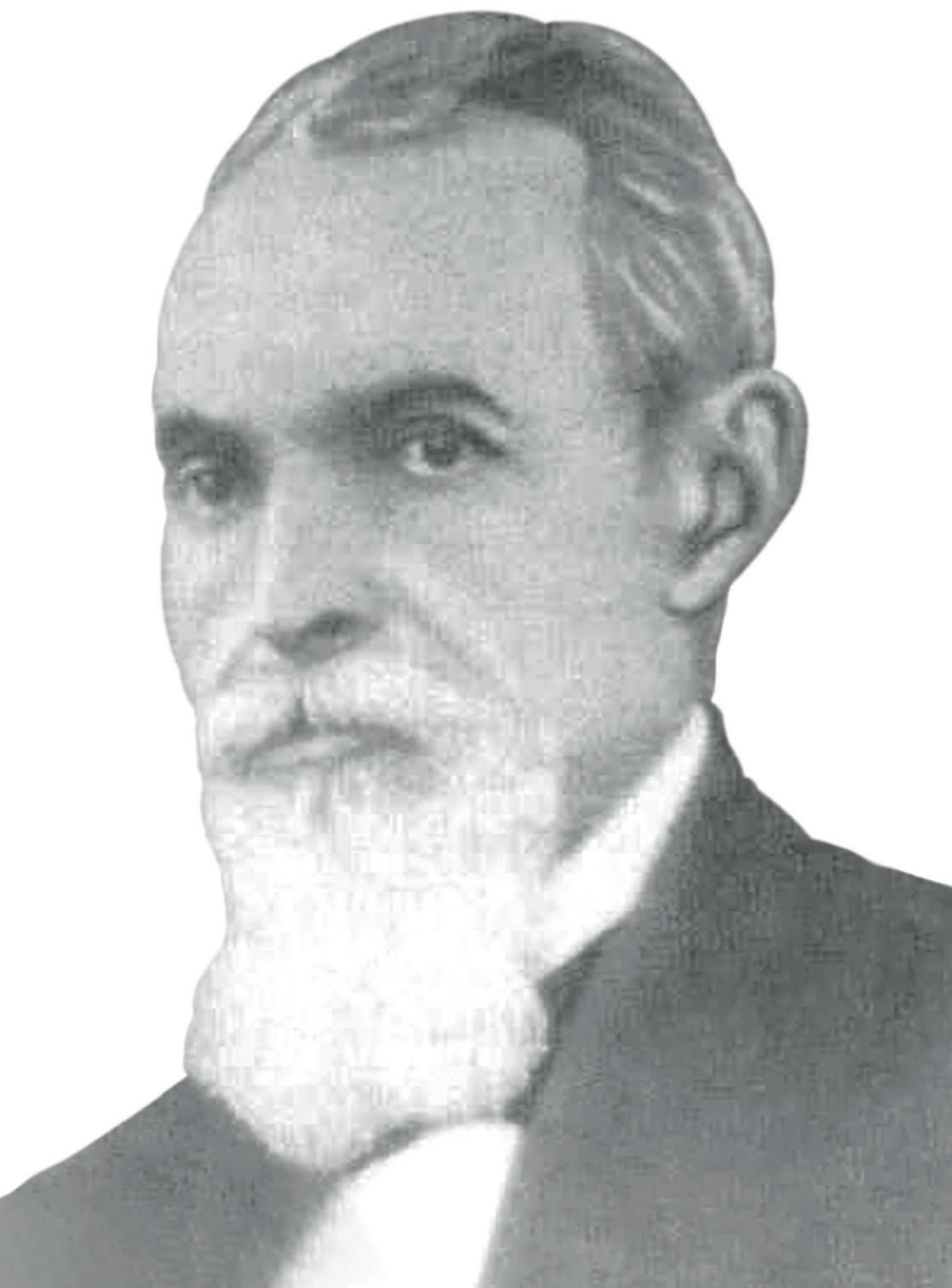
Sérgio Caribé, *Procurador*

Rodrigo Medeiros de Lima, *Procurador*

Centenário dos Ministros

Miguel Archanjo Galvão

agosto 2022 | Brasília - DF



Miguel Archanjo Galvão

Miguel Archanjo Galvão nasceu em Goianinha, Rio Grande do Norte, no ano anterior à proclamação da Independência do Brasil, em 17 de fevereiro de 1821. Filho do alferes José Lopes Galvão e de Josefa Maria de Jesus Galvão, completou os estudos em sua terra natal e ali mesmo, em 1841, entrou para o funcionalismo público, quando passou a servir na Contadoria Oficial da Thesouraria do Rio Grande do Norte. Inicia-se então uma carreira promissora no serviço público que renderia a um dos primeiros Ministros do Tribunal de Contas os mais solenes resultados.

Ao final da primeira década de serviço público, saindo do emprego de contador da Tesouraria Provincial de Sergipe, mudou-se do Nordeste para o Rio Grande do Sul, onde

exerceu o cargo de escrivão da Alfândega da cidade do Rio Grande. Na década de 1850, mudou-se para o Rio de Janeiro, a capital do Brasil na época, onde exerceu o cargo de Deputado e Secretário da Junta do Comércio até 1853. Posteriormente, assumiu o cargo de chefe de seção na Tesouraria de Fazenda. Poucos anos depois, passou para o Tesouro Nacional como primeiro escriturário e lá continuou até ser promovido a chefe de seção.

Durante sua carreira profissional, Miguel Archanjo fez parte de diversas organizações civis, entre as quais se destaca a exercida no campo industrial, ao se tornar sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no ano de 1858, na qual permaneceu por pelo menos duas décadas. Essa sociedade carioca, criada em 1827, era um órgão de função consultiva do poder imperial que tinha por objetivo promover o desenvolvimento da indústria nacional, devendo emitir pareceres sobre questões econômicas do país. Também foi um membro ativo da Sociedade Protetora das Viúvas Desvalidas, presidindo a mesma no Biênio entre 1861 e 1863. Em 1871 foi eleito como conselheiro da Sociedade Propagadora das Belas-Artes do Rio de Janeiro, instituição em que permaneceu até os últimos anos de sua vida.

Por um breve período, exerceu interinamente o cargo de chefe de seção da Alfândega da Corte, em 1862. Poucos anos depois, a carreira de Miguel desponta com a sua atuação no Rio da Prata. Nesse período, o Brasil estava em meio a guerra de maior proporção que a América do Sul já conheceu: a Guerra do Paraguai. O conflito, travado entre 1864 e 1870, ocorreu entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Uruguai e Argentina, e foi resultado do processo de formação política e econômica da região platina. Em 1866, Miguel foi nomeado chefe fiscal da Repartição Fiscal e Pagadoria da Marinha, sendo realocado para o Rio da Prata, onde ficou responsável por organizar o pagamento e fiscalização das

despesas, dos suprimentos e remessas de materiais para os navios da esquadra, hospitais e demais estabelecimentos da Armada. Pela sua atuação, foi condecorado com a medalha de Passador de Ouro.

Ministerio da marinha.— Por decreto n. 3719 de 6 do corrente mez, que hoje publicamos no lugar competente, foi creada uma repartição fiscal e pagadoria da marinha no Rio da Prata, para a qual foram nomeados:

Chefe fiscal : O contador do thesouro Miguel Archanjo Galvão.

Ajudante do dito: O 2º escriptuario da contadoria da marinha Henrique Eduardo Nascentes Pinto.

Escrip-turarios : O 3º da contadoria da marinha Ernesto Augusto Ferreira ; o 4º do thesouro Carlos Americo dos Reis.

Alfomoxarife : O commissario de 2ª classe Francisco de Paula Senna Pereira da Costa.

Escrivão dos depositos : O 4º escriptuario da contadoria da marinha Luiz José de Souza Scheverin.

Encarregado dos ditos : O ajudante do escrivão do alfomoxarife Simião Joaquim Velloso.

Pagador da esquadra : O commissario de 1ª classe Domingos de Souza Pereira Botafogo.

Escrivão da pagadoria da mesma esquadra : O escrivão do 1ª classe Antonio Maria da Costa Valladares.

Criação da repartição fiscal e pagadoria da Marinha.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 1866.

Mesmo que o Tribunal de Contas – instituição marcada pelas suas atividades de fiscalização e controle – tenha sido criado apenas em 1890, é interessante notar as diversas atividades de inspeção exercidas por Miguel que se assemelham às missões que encontraria décadas depois no Tribunal. Em 1872, Miguel foi designado para inspecionar a Alfândega do Pará, devido às denúncias que apontavam a existência de contrabando na instituição. Exercendo o cargo de contador do Tesouro Nacional na época, Miguel verificou que parte das mercadorias que deveriam ser destinadas ao Peru estavam regressando às fronteiras e sendo reintroduzidas

por contrabando no Amazonas e alguns pontos do Pará. Após constatar o contrabando, foi pedido que o Imperador mandasse a seção da Fazenda do Conselho do Estado consultar as melhores formas para acabar com ele. Também se sugeriu um acordo com o governo do Peru e da Bolívia. Miguel parecia a pessoa certa para um cargo no futuro TCU.

Alfandega do Pará.—Na secção relativa ao ministerio da fazenda publicou o «Diario Official» de hontem o seguinte :

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1872.

Illm. o Exm. Sr. —Como se vê da informação junta prestada pelo contador do thesouro Miguel Archanjo Galvão, que ha pouco inspeccionou a alfandega do Pará, ha motivos para suspeitar-se que os interesses da fazenda nacional estão sendo prejudicados nos despachos de transito que se fazem na dita alfandega, das mercadorias que se dizem destinadas á Republica do Perú.

Presume-se que parte daquelles generos, regressando da fronteira durante o transito, é introduzida por contrabando na provincia do Amazonas, e talvez em alguns pontos da do Pará.

Presume-se ainda que pelo mesmo meio são lesados os direitos de exportação geraes e provinciaes nos despachos dos carregamentos de borracha, que descem o rio com certificados das autoridades peruanas e bolivianas, quando em muitos desses casos o genero é procedente do territorio brasileiro.

A' vista do exposto, manda Sua Magestade o Imperador que a secção de fazenda do conselho de

Inspeção feita por Miguel Archanjo na Alfândega do Pará.
Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 1872.

Em 1877, Miguel realizou novamente um trabalho de inspeção, quando foi nomeado pelo Ministro da Fazenda, Barão de Cotegipe, para investigar o crime recém-descoberto na Tesouraria de Fazenda da antiga Província do Pará. Era um caso de extravio de somas altíssimas dos cofres públicos feitas pelo 1º escriturário Francisco Xavier, que alegou ter feito tudo sozinho. Acontece que a operação era muito grande para acreditarem na palavra dele, e por isso foi enviada para o Pará a Comissão chefiada pelo Miguel Archanjo, que deveria apurar o caso, descobrir a verdadeira soma extraviada, investigar a existência de cúmplices do esquema e tomar as medidas necessárias a fim de restabelecer a ordem na instituição.

Confiando na intelligencia, longa pratica e zelo pelo serviço, de que V. S. tem dado provas, espero que se haverá no desempenho desta nova commissão por forma que se consiga estabelecer ordem e regularidade nos trabalhos da thesouraria do Pará, e evitar que se reproduzam factos de tanta gravidade, que muito depõem contra a moralidade da repartição.

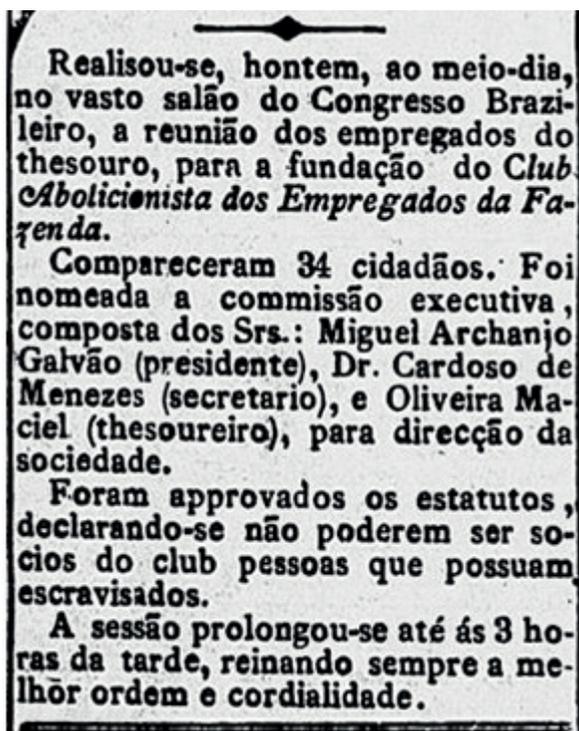
Pelo ministerio da marinha será tambem enviado um empregado para verificar o que interessa aos pagamentos que por conta dessa repartição fez o 1º escripturario Espirito Santo; e pelo da agricultura, commercio e obras publicas outro, com instrucções para examinar o estado da repartição do correio daquella provincia, sob as vistas e direcção de V. S. Consequentemente estes dous empregados farão tambem parte da commissão de que V. S. é chefe; devendo V. S. dar contas em separado do que respeitar á repartição do correio.

Deus guarde a V. S. — *Barão de Cotegipe.* —
Sr. Miguel Archanjo Galvão. »

Instruções expedidas pelo ministério da fazenda:
Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 1877.

No ano de 1871, alguns funcionários do Tesouro Nacional foram condecorados pela excelência de seus trabalhos e, entre eles, estava o futuro Ministro Miguel Archanjo Galvão, que recebeu o título de Cavaleiro da Rosa.

Treze anos depois, no Salão do Congresso Brasileiro, os funcionários do Tesouro reuniram-se para fundar o “Club Abolicionista dos Empregados da Fazenda”, com a participação de 34 cidadãos. Nesta data foi nomeada a comissão executiva, na qual Miguel Archanjo Galvão foi designado Presidente. No mesmo dia foi também aprovado o estatuto da organização, determinando que só poderiam ser membros aqueles que não possuíssem escravos.



Fundação do “Club abolicionista dos Empregados da Fazenda”.

Fonte: Gazeta da Tarde, 1884.

A década de 1880 foi também um período de tragédias para a família Galvão. Em 1882, Miguel perdeu seu irmão mais velho, Rafael Archanjo Galvão, com quem construiu carreira no serviço público. Um ano depois, morreu sua filha Josephina Helena Galvão. Em 1885, perdeu sua outra filha, Josepha Fabriciana Galvão, que morreu com 28 anos por complicações de tuberculose pulmonar. O periódico *Gazeta da Tarde* noticiou o enterro da jovem falecida, manifestando estima a figura de Miguel:

Victima de uma tuberculose pulmonar, falleceu hoje, ás 6 1/2 horas da manhã, a Exma. Sra. D. Josepha Fabriciana Galvão, filha do Exm: Sr. conselheiro Miguel Archanjo Galvão, contador do nosso thesouro e um dos benemeritos defensores da causa do escravo.

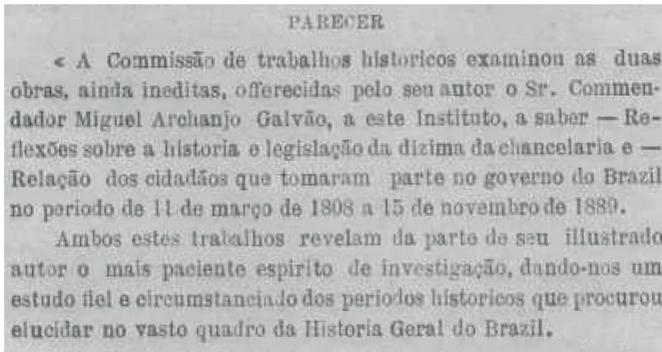
¶ Na occasião em que o seu coração de pae soffre o maior de todos os golpes,—a perda do ente que tanto amava e que lhe povoava o lar de alegrias santas; na occasião em que o soffrimento invade a alma de quem tem tido por missão fazer o bem, rodeando a sua vida do respeito e da consideração de todos, só nos cabe um dever, e esse cumprimol-o, é enviar os nossos pezames ao digno cavalheiro esmagado pela enormidade da propria dôr.

Notícia da morte da filha de Miguel Archanjo. Fonte: *Gazeta da Tarde*, 1885.

Com mais de quarenta anos de serviço público, Miguel deu continuidade a sua carreira profissional, alcançando o posto de Diretor Geral da Contabilidade do Tesouro Nacional, que exerceu interinamente em 1886. No mesmo ano foi também designado Inspetor da Caixa de Amortização. Em 1884, quando Miguel já contava com 73 anos de idade e 53 de carreira, foi nomeado pelo Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, Ministro (Diretor) do recém fundado Tribunal de Contas, instituição que, apesar de ter sido criada em 1890, foi de fato posta em funcionamento em 1893, graças às ações do Ministro Serzedello Corrêa, que pressionou o governo para tal. Miguel tornou-se, dessa forma, um dos primeiros membros da instituição centenária que se tornou cada vez mais essencial para a salvaguarda das contas públicas e para o aprimoramento da Administração Pública.

Se aposentou do Tribunal em 1897, pouco antes de completar 76 anos de idade, mas isso não significa que deixou de ser um membro ativo da sociedade. Ainda fez presença em três grandes instituições brasileiras no final de sua vida. Foi eleito “definidor” nos anos 1897 e 1898 na Santa Casa de Misericórdia, instituição católica que desde a época colonial dedica-se ao tratamento médico dos pobres enfermos e “expostos”, ou seja, recém-nascidos abandonados. Foi membro do Instituto Literário da Bahia e, em 1898, foi eleito socio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma das mais antigas instituições de pesquisa e preservação histórica e geográfica do Brasil. Como um grande especialista em numismática, publicou dois livros pelo IHGB: “A Moeda no Brasil: história e catálogo de uma coleção de moedas e medalhas brasileiras desde os tempos coloniais até 1889” e “Serranos Ilustres”. Quando enviou suas obras para a Comissão de Trabalhos Históricos do IHGB, a fim de se tornar um membro da instituição, recebeu o seguinte parecer:

Ambos estes trabalhos revelam da parte de seu illustrado autor o mais paciente espírito de investigação, dando-nos um estudo fiel e circunstanciado dos periodos historicos que procurou elucidar nos vasto quadro da Historia Geral do Brazil. Ambos entrão perfeitamente no programma dos trabalhos que fazem o objecto dos estudos a que se dedica o instituto Historico e dão a seu illustrado autor um logar proeminente entre os mais conscienciosos cultores da História Patria.



Parecer da comissão de trabalhos históricos. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1899.

Mas esses não foram os únicos trabalhos do Ministro que foram publicados. Em 1858 lançou pela Tipografia Nacional o livro “Dízima de Chancelaria: reflexão sobre a história e legislação desta renda e sua arrecadação até 1855/56 e legislação que regula a sua aplicação e percepção”. Pela mesma tipografia lançou em 1894 o título “Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889”.

Constituindo uma vida longínqua no serviço público, Miguel Archanjo Galvão se destacou nas atividades de controle e fiscalização dos cofres do Estado, atuando em diversas instituições da administração brasileira, a maioria delas ligadas às contas públicas. Não é de se surpreender que

ao final de sua carreira tenha sido escolhido como membro do Tribunal de Contas, dando os seus últimos passos na vida pública quando o TCU dava seus primeiros passos na história institucional do país. Miguel faleceu em 3 de julho de 1903, no Rio de Janeiro, enquanto estava em sua residência ao lado da esposa, companheira de longa data, e foi sepultado no cemitério de São Francisco Xavier.

Responsabilidade pelo conteúdo

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
Instituto Sezerdello Corrêa
Museu do TCU Ministro Guido Mondin
Centro de Documentação

Responsabilidade editorial

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
Instituto Serzedello Corrêa (ISC)
Serviço de Gestão Cultural (SGCult)

Projeto gráfico, diagramação e capa

Museu Ministro Guido Mondin
Núcleo de Comunicação (NCom/ISC)

Fotos

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Instituto Serzedello Corrêa
Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES
Trecho 3 Lote 3
Brasília - DF, CEP 72.200-003
+55 (61) 4501-5802
isc@tcu.gov.br

Ouvidoria

Tel.: 0800 644 1500
ouvidoria@tcu.gov.br
Impresso pela Sesap/Segedam



Instituto Serzedello Corrêa
Escola Superior do Tribunal de Contas da União



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

